



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

ALBANISA PEREIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE JOGOS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE
ALFABETIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID**

CAMPINA GRANDE – PB

2017

ALBANISA PEREIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE JOGOS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE
ALFABETIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo.

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Albanisa Pereira da.
A inserção de jogos em práticas pedagógicas de alfabetização [manuscrito] : uma experiência no PIBID / Albanisa Pereira da Silva. - 2017.
38 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação : Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. PIBID. 2. Alfabetização. 3. Jogos Pedagógicos.
21. ed. CDD 371.337

ALBANISA PEREIRA DA SILVA

**A INSERÇÃO DE JOGOS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE
ALFABETIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento obtenção do título de licenciada
em Pedagogia.

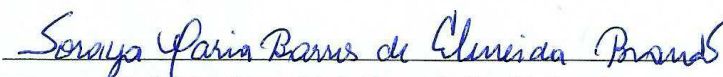
Aprovado em: 07 / 12 / 2017

Nota: 10,0 (dez)

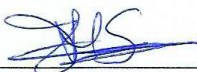
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Orientadora)



Profa. Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora)



Profa. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a oportunidade de ingressar nesta instituição, bem como a disposição para concluir mais uma etapa importantíssima em minha vida.

A minha mãe Geny Pereira da Silva, ao meu irmão Adjair Pereira da Silva e familiares em geral, por terem sempre me apoiando, dando forças para superar as dificuldades e obstáculos enfrentados durante esta trajetória.

Aos meus professores (as) do curso de Pedagogia da UEPB, por suas imprescindíveis contribuições durante o período da minha formação acadêmica. Em especial a professora Dra. Elizabete Carlos do Vale, a qual possibilitou a minha participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.

A minha orientadora, a Professora Dra. Glória Maria Leitão de Souza Melo, por sua atenção e comprometimento demonstrado durante a realização do presente trabalho.

As professoras Dra. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão e Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro, por terem aceitado o convite e me dado o prazer de tê-las nesta banca examinadora.

Meu muito obrigado a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a obtenção exitosa de mais uma meta alcançada em minha formação acadêmica.

*“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas
criar as condições para sua construção” (Paulo Freire).*

A INSERÇÃO DE JOGOS EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ALFABETIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO PIBID

Albanisa Pereira da Silva*

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o uso de jogos, enquanto recurso didático de práticas pedagógicas, junto a alunos e alunas do ciclo da alfabetização no Ensino Fundamental, no sentido de se discutir a importância desses jogos no desenvolvimento dos processos de aprender a ler e a escrever. Percebemos que o processo de alfabetização, em grande parte das escolas públicas de ensino, ocorre através da transmissão mecânica, da memorização e da cópia do sistema de escrita alfabética sem estabelecer nem um sentido para os alunos, nem tão pouco contribui para despertar o interesse no aprendizado da leitura e da escrita de forma significativa e prazerosa. Para tanto, pensando em tornar o ensino da leitura e da escrita mais dinâmico e atrativo, optamos em utilizar atividades lúdicas através de jogos, a partir da nossa atuação, na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, em uma turma de 2º ano do Ensino Fundamental, com 33 alunos, na faixa etária entre 7 e 8 anos de idade, numa escola da rede pública, na cidade de Campina Grande – PB. Buscamos respaldo em documentos oficiais que norteiam os anos iniciais do Ensino Fundamental, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996), da Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017), e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997); e tomamos também como referência, alguns estudos da literatura corrente, mais especificamente os desenvolvidos por: Antunes (2006), Cardoso e Fragelli (2011), Ferreira (2000), Freire (1996), Kleiman (2008), Soares (2016), Pimenta (2004), dentre outros. Nosso estudo, e experiência com o PIBID, evidenciaram, dentre outros aspectos, a importância de cultivar atividades lúdicas no cotidiano escolar, por meio da utilização de “jogos” porque o jogo é um recurso facilitador no processo de alfabetização, o qual proporciona momentos de aprendizagens prazerosas e significativas, bem como a oportunidade de os alunos e alunas participarem ativamente do processo de construção do seu conhecimento. Concluímos que se faz necessário, nas práticas escolares, a garantia do direito da criança de aprender a ler e a escrever, bem como fazer uso dessas habilidades no seu dia a dia, possibilitando a esta, o exercício de sua cidadania.

Palavras-chave: PIBID. Alfabetização. Jogos Pedagógicos. Cidadania.

*Aluna de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: albanisa.uepb2013@outlook.com

ABSTRACT

The present work aims to analyze the use of games, as a didactic resource of pedagogical practices, together with students of the literacy cycle, in the Elementary School, in order to discuss the importance of these games in the development of the processes of learning to read and write. We realize that the literacy process, in most public schools, occurs through the mechanical transmission, the memorization and of the copy of the alphabetical writing system without establishing nor a sense for the students, nor does it contribute to arousing interest in learning to read and write meaningfully and pleasantly. Therefore, thinking of making the teaching of reading and writing more dynamic and attractive, we have chosen to use play activities through games, from our work, as a scholarship holder of the Institutional Scholarship Program for Initiation to Teaching – PIBID, in a class of 2nd year of elementary school, with 33 students, in the age group between 7 and 8 years of age, in a public school, in the city of Campina Grande – PB. For this, we backed ourselves in official documents that guide the early years of Elementary Education, such as the Law on Guidelines and Bases - LDB (BRAZIL, 1996), of the National Curricular Common Base - BNCC (BRAZIL, 2017), and National Curricular Parameters - PCNs (BRASIL, 1997); and we take, too, as reference some studies of current literature, more specifically those developed by: Antunes (2006); Cardoso and Fragelli (2011); Blacksmith (2000); Kleiman (2008); Soares (2016), among others. Our study, and experience with PIBID, evidenced, among other aspects, the importance of cultivating play activities in daily school, life through the use of "games" because the game is a facilitator in the literacy process, which provides moments of pleasant and meaningful learning, as well as the opportunity for students to participate actively in the process of building their knowledge. We conclude that it is necessary, in school practices, the guarantee of the child's right to learn to read and write, as well as make use of these skills in their day to Day, making it possible for them to exercise their citizenship.

Keywords: PIBID. Literacy. Pedagogical games. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Momento do diagnóstico do nível de escrita inicial	27
FIGURA 2 – Momento do jogo palavra cruzada	29
FIGURA 3 – Momento do jogo bingo de palavras	31
FIGURA 4 – Momento do diagnóstico do nível de escrita final	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ALFABETIZAÇÃO	144
2.1 O OBJETO DE CONHECIMENTO: SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA	14
2.2 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO	155
2.3 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	16
2.4 PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	20
3. PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: O USO DE JOGOS	22
4. REFLETINDO E DESCREVENDO ALGUNS MOMENTOS VIVÊNCIADOS NO PIBID: OS JOGOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	25
4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR DA EXPERIÊNCIA	25
4.2. NOSSA EXPERIÊNCIA NO PIBID	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS:	366

1 INTRODUÇÃO

A escola é uma das principais instituições sociais responsáveis em assegurar aos alunos o direito de serem alfabetizados. O domínio da leitura e da escrita são direitos de aprendizagens essenciais nos primeiros anos do Ensino Fundamental e indispensáveis para o exercício da cidadania. De acordo com o objetivo da área de conhecimento de Língua Portuguesa estabelecido pela Base Nacional Curricular Comum – BNCC é de:

Garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento (BRASIL, 2017, V.3, p.63).

Todavia, percebemos que o processo de alfabetização na maioria das escolas públicas de ensino ocorre através da transmissão mecânica, da memorização e da cópia do sistema de escrita alfabética sem estabelecer nem um sentido para o aluno, nem tão pouco contribui para despertar o interesse no aprendizado da leitura e da escrita de forma significativa e prazerosa. Acreditamos que, esse é um dos aspectos pertencentes ao processo educativo que contribui para o aumento do índice de analfabetismo em nosso país. Pesquisas mostram que, grande parcela desses alunos não alfabetizados é pertencente à rede pública de ensino. Lamentavelmente, é possível constatar essa realidade em nossas escolas, ao se deparar com alunos no 5º ano, por exemplo, sem saber ler e escrever convencionalmente.

Para tanto, pensando em tornar o ensino da leitura e da escrita mais dinâmico e atrativo no ambiente escolar, bem como com o propósito de oportunizar o processo de aprendizagem das linguagens Oral e Escrita mais significativa e prazerosa optamos em utilizar atividades lúdicas através dos jogos. Por meio do jogo, a criança torna-se mais participativa e sente a necessidade de interagir, partilhar com o outro.

Jogando e brincando a criança terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis para sua formação não apenas no aspecto cognitivo, mas também social e afetivo, tais como: atenção, concentração, criatividade, raciocínio lógico, socialização com os colegas, autonomia, as quais oferecem suporte para o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita. Sendo assim, o presente trabalho objetiva analisar o uso de jogos, enquanto recurso didático de práticas pedagógicas, junto a alunos e alunas do ciclo da

alfabetização, no Ensino Fundamental, no sentido de se discutir a importância desses jogos no desenvolvimento dos processos de aprender a ler e a escrever.

Nosso interesse de explorar atividades lúdicas “jogos pedagógicos” como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita surgiu através de observações realizadas durante a participação, enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, no ano de 2017, no turno da tarde, sob a supervisão da professora e coordenadora do subprojeto Pedagogia (UEPB/CAMPUS I), Elizabete Carlos do Vale.

O PIBID foi criado no ano de 2007 pelo Ministério de Educação e implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/FNDE com a finalidade de aperfeiçoar e valorizar a formação docente das instituições federais e estaduais de educação superior do nosso país. De acordo com o Ministério de Educação - MEC, o PIBID possui a finalidade de:

Vincular as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a fim de contribuir com a melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional (BRASIL, 2007).

Através desse Programa, atuamos na Escola Municipal Dr. Severino Cruz, localizado no bairro Monte Santo, no município de Campina Grande – PB. Seu IDEB, em 2016 foi de 5,7. A proposta do projeto que desenvolvemos através do referido Programa foi a de utilizar “jogos” como recurso facilitador no processo de alfabetização, a partir do diagnóstico realizado com a turma do 2º ano do Ensino Fundamental, a fim de despertar no alunado maior interesse na aprendizagem da leitura e da escrita de maneira prazerosa, por meio do desenvolvimento de atividades lúdicas.

Para isso, utilizamos como subsídios teóricos alguns documentos oficiais que norteiam os anos iniciais do Ensino Fundamental: Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996); Base Nacional Curricular Comum – BNCC (BRASIL, 2017); Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997), bem como os estudos de Antunes (2006), Cardoso e Fragelli (2011), Ferreira (2000), Freire (1996), Kleiman (2008), Soares (2016), Pimenta (2004), dentre outros.

Consideramos de extrema importância cultivar atividades lúdicas no cotidiano escolar, por meio da utilização de “jogos” porque o jogo é um recurso motivador, o qual proporciona momentos de aprendizagens prazerosas e significativas, bem como a oportunidade de os

alunos participarem ativamente no processo de construção do seu conhecimento. Garantindo assim, o direito de a criança aprender a ler e a escrever, bem como fazer uso dessas habilidades no seu dia a dia, possibilitando assim, exercer de fato sua cidadania.

Por fim, para o alcance dos objetivos propostos, estruturamos o presente estudo em sessões temáticas, que se interligam: na primeira, discutiremos aspectos e concepções acerca do Sistema de Escrita Alfabética – SEA. Nela iremos abordar, a passos largos, concepções de alfabetização, características e aspectos históricos referentes aos métodos de alfabetização utilizados na Educação escolar. Nesta mesma seção fecharemos a discussão abordando sobre a importância de práticas alfabetizadoras numa perspectiva de letramento.

Na segunda seção temática, discutiremos sobre a importância das atividades lúdicas no processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura e da escrita, por meio de jogos pedagógicos. Para finalizar, apresentaremos o corpus do nosso estudo, através da exposição e análise de momentos vivenciados com alunos e alunas do Ciclo da Alfabetização, durante nossa atuação no PIBID. Nesta última seção, ao apresentarmos os dados, focaremos em resultados no que diz respeito ao avanço qualitativo de alunos e alunas, quanto ao processo de aprendizagem / apropriação da leitura e da escrita.

2 ALFABETIZAÇÃO

Nesta seção iremos discutir, sobre o Sistema de Escrita Alfabética, quanto ao seu surgimento no âmbito da história da humanidade, sobre concepções e métodos de alfabetização, explorados pela literatura corrente e vivenciados por práticas pedagógicas; e por fim, abordaremos sobre práticas alfabetizadoras num perspectiva de letramento. Acreditamos que essas temáticas iniciais oferecem suporte para uma melhor compreensão da realidade investigada e do objeto de estudo a que nos propomos no presente trabalho.

2.1 O OBJETO DE CONHECIMENTO: SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

Sabemos que a **escrita** é uma ação exclusiva do ser humano e sua invenção surgiu a partir da necessidade de estabelecer a comunicação uns com os outros. As primeiras ocorrências de escrita surgiram na Mesopotâmia a cerca de 3.000 anos A.C. pelos sumérios, precisamente no final do período histórico, denominado Neolítico. De acordo com o dicionário da nossa língua portuguesa o ato de escrever denota vários significados, dentre eles podemos destacar: *“1. Pôr, dizer ou comunicar por escrito, 2. Representar o pensamento por meio de caracteres de um sistema de escrita.”*

É bastante frequente ouvirmos falar no senso comum, ou até mesmo no ambiente acadêmico que o Sistema de Escrita Alfabética - SEA é um código. Para nos ajudar a esclarecer esse equívoco (divergência conceitual), Ferreiro (2000) afirma que, a escrita alfabética não é um código que simplesmente transpõe graficamente as unidades sonoras mínimas da fala (os fonemas), mas, sim, um sistema de representação escrita (notação) dos segmentos sonoros da fala.

Sendo assim, é possível compreender que ao contrário do sistema de escrita alfabética, o código pode assumir diferentes regras, significados e sentidos, dependendo de quem utiliza, qual a intenção e em diferentes situações ou circunstâncias.

O Sistema de Escrita Alfabética - SEA é um sistema notacional. É de fundamental importância primeiramente compreendermos o que de fato esse termo “sistema notacional” denota. Começou a ser utilizado a partir de 1990, e constitui-se como base estruturante de um determinado Sistema de Escrita, responsável pela representação da realidade, dando sentido e significado para seus usuários, por exemplo, no nosso caso da língua portuguesa, o sistema

notacional nada mais é do que o alfabeto (A, B, C...), composto pelas vinte e seis letras, também denominado de signos linguísticos.

Segundo Higounet (2003, p. 59), “o alfabeto pode ser definido como um sistema de sinais que exprimem os sons elementares da linguagem”. Vale salientar que nos primórdios, antes da escrita alfabética, especificamente no período Pré-histórico, os homens registravam os acontecimentos e se comunicavam uns com os outros através de pinturas em cavernas, denominada de pinturas rupestres. Com o passar do tempo, o registro através da escrita foi evoluindo até chegar ao nosso sistema alfabético vigente. Essa evolução foi tão grande que, temos atualmente uma diversidade de sistemas notacionais, os quais possuem suas próprias regras e especificidades, como por exemplo, o Braille, Libras, nota musical, entre inúmeros outros tipos de sistemas notacionais existentes.

Portanto, a escrita exerce fundamental relevância em nossa vida cotidiana porque vivemos em uma sociedade extremamente grafocêntrica, a qual exige constantemente dos sujeitos o uso da escrita. Por isso, ter o domínio dessa habilidade em nossa sociedade atual é imprescindível para que ocorra a democratização do acesso à informação disponível no mundo.

2.2 CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, o termo alfabetização é definido como “Ação de alfabetizar, de propagar o ensino de leitura.” Soares (2016) conceitua a alfabetização como sendo um processo que possibilita a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, isto é, refere-se à aquisição da escrita enquanto a aprendizagem de habilidades para a leitura e a escrita.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, alfabetização é definida como:

[...] conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. A Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

Saber ler e escrever em nossa sociedade, caracterizada como sociedade do conhecimento, da informação e da tecnologia é condição para o exercício da cidadania de um povo. Todavia, a sociedade contemporânea exige ainda mais dos sujeitos, é preciso ter um grau de letramento, isto é, não apenas ter o domínio da leitura e da escrita, mas, sobretudo, ser capaz de fazer uso nas diversas situações do cotidiano. Sendo assim, o domínio dessas linguagens, bem como fazer uso delas é imprescindível em nossa sociedade atualmente.

Por outro lado, não saber ler e escrever nos dias atuais, implica na exclusão dos sujeitos que vivem nessa condição. Segundo Galvão (2007, p 26), “a condição de analfabeto provoca sentimentos de frustração e incompletude”. Pois, não possuir as habilidades de leitura e de escrita desenvolvidas implica no ato de não exercer a própria cidadania, isto é, de não poder alcançar melhores condições de vida, como por exemplo, não ter a oportunidade de progredir nos diferentes níveis de ensino; a não obtenção de espaço no mercado de trabalho, entre outros direitos sociais pertencentes a sociedade civil.

Sendo assim, é possível compreender a indispensabilidade de saber ler e escrever, e, sobretudo, fazer uso dessas habilidades para exercício da cidadania.

2.3 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Neste item abordaremos acerca de algumas características e aspectos históricos dos métodos de alfabetização utilizados por muito tempo no Brasil, bem como os avanços obtidos na forma de conceber o processo de alfabetização na educação escolarizada através das contribuições da teoria construtivista (Psicogênese da Língua Escrita) de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985).

Achamos pertinente, antes de expor algumas considerações a respeito dos métodos de alfabetização, tomarmos conhecimento acerca de sua definição. No sentido mais amplo, método se refere ao meio “caminho” utilizado para chegar a um fim determinado. No que se refere especificamente aos métodos utilizados no processo de alfabetização eles possuem a função de conduzir as atividades referentes ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Nesse contexto, vale salientar que desde o surgimento da escola em nosso país, em decorrência do processo de industrialização, e que se perpetua até os dias atuais, nos anos iniciais do Ensino Fundamental há um modo de alfabetizar, fundamentado numa concepção tradicional de alfabetização. Nessa concepção, o ensino do Sistema de Escrita Alfabética

(SEA) se resume ao domínio da técnica de ler e escrever, utilizando-se de metodologias mecanicistas, através de atividades repetitivas como, por exemplo, cópia e memorização de letras, sílabas, palavras, frases e textos de forma descontextualizada, sem proporcionar nem um sentido para o aluno.

Nesse sentido, era comum, por exemplo, identificar na prática dos professores e nos materiais didáticos utilizados, como cartilhas, frases como “O rato roeu”, “Ivo viu a uva” e tantas outras sem sentido. Porque o objetivo era apenas o domínio da técnica de ler e escrever, e não de ensinar a criança a se apropriar dessas habilidades através da compreensão da escrita e da sua função social nos diferentes contextos do dia a dia. Esse modo de conduzir o processo de alfabetização no ambiente escolar fundamenta-se na ideia que se aprende a ler através apenas da decodificação e escrever por meio apenas da memorizando sons, sílabas e signos (letras) do alfabeto.

O ensino da língua escrita, nessa perspectiva tradicional, ocorre através de três métodos basicamente, denominados de: *sintético*, *analítico* e *sintético-analítico*. O método sintético fundamenta-se na ideia que a aprendizagem deve iniciar a partir de uma ordem crescente, isto é, de estruturas linguísticas “mais simples” como letras e sílabas a estruturas “mais complexas”, como palavras, frases e textos. As propostas de ensino fundamentadas nesse método parte do pressuposto de que a aprendizagem torna-se mais “fácil” quando se inicia pelas unidades mais elementares para em seguida serem apresentadas as unidades mais complexas.

O método analítico, diferentemente do método sintético fundamenta-se na ideia que a aprendizagem deve ser iniciada a partir das estruturas linguísticas “mais complexas” como textos e frases, para depois analisar as “mais simples” denominadas de letras e sílabas, isto é, obedecendo a uma ordem decrescente.

Já o método analítico-sintético, popularmente conhecido como método misto, parte do processo iniciado a partir das estruturas linguísticas “mais complexas”, para em seguida, decompô-las em letras ou sílabas.

O ensino da língua materna através desses métodos foi conduzido por muito tempo de maneira fragmentada e descontextualizada. Não oferecendo a chance de o aluno construir suas hipóteses e interpretações acerca do funcionamento do sistema de escrita alfabética, nem tão pouco a realização de escritas espontâneas, pelo contrário era preciso aguardar a explicação do professor (a). Pois, era bastante comum ouvir das crianças dos anos iniciais indagações como: “Não sei ler / escrever essa palavra porque minha professora ainda não ensinou essa

letra”, sem dar a oportunidade de a criança refletir sobre a escrita, como funciona, sua importância e função social.

Mas, afinal diante de toda essa problemática apresentada anteriormente, é possível alfabetizar sem a utilização de método algum? Batista et al (2003), nos ajudar a compreender essa problemática, quando nos chama a atenção que essa questão perpassa os limites apenas da discussão de utilizar ou não métodos no processo de alfabetização no ambiente escolar:

Seria ótimo se os problemas da alfabetização no País pudessem ser resolvidos por um método seguro e eficaz. Mas as metodologias mesmas não são suficientes para assegurar resultados positivos, pois dependem sempre do professor, de sua sensibilidade para interpretar as necessidades dos alunos – particularmente daqueles que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem. Dependem também de uma organização coletiva da escola e das redes de ensino, por meios dos quais são definidos os patamares mínimos de aprendizagem numa série ou ciclo, estabelecendo formas diagnósticas e desenvolvidos processos de intervenção (BATISTA ET AL, 2003, p. 37).

As considerações do autor nos leva a refletir sobre a necessidade de o professor (a) compreender que a questão da utilização dos métodos de alfabetização não pode ser tratada de forma isolada do contexto mais amplo que ultrapassa o ambiente da sala de aula (a escola, os sistemas de ensino, a sociedade). A maior preocupação seria a de o professor buscar obter resultados proveitosos no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, por meio de estratégias de ensino, tomando como base as reais necessidades de aprendizagens dos mesmos.

Todavia, acreditamos que o ensino fundamentado exclusivamente em mera repetição e memorização de letras e palavras de forma descontextualizada, sem estabelecer sentido para o aprendiz acarreta no bloqueio do ato de pensar, refletir, testar suas hipóteses, construir seus próprios conhecimentos acerca da leitura e da escrita do sistema alfabético.

Vale salientar que o propósito deste trabalho não é desmerecer a “eficácia” que os métodos de ensino proporcionaram ou proporcionam até os dias atuais, mas sim refletir sobre as inúmeras possibilidades existentes, as quais o professor (a) poderá conduzir o ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais no ambiente escolar de maneira contextualizada e atrativa.

Graças ao avanço dos estudos da Psicolinguística, especificamente realizados por Ferreiro e Teberosky, nas décadas de 1960 e 1970 nos mostrou como a criança aprende o Sistema de Escrita Alfabética, bem como a importância de sua participação nesse processo de aprendizagem. A partir disso surgiu novas perspectivas no que diz respeito à necessidade de compreender os processos de aquisição e construção do conhecimento e da linguagem na

criança, e conseqüentemente a necessidade de conduzir o processo de alfabetização no âmbito da educação escolar, de maneira contrária do modo tradicional (centrado apenas na repetição e memorização), isto é, dando autonomia ao aprendiz para participar do processo de construção dos conhecimentos acerca da escrita convencional.

Para as autoras, o domínio da escrita alfabética não resulta exclusivamente de um processo de memorização entre sons e letras, mas através da busca ativa das crianças em compreender o que a escrita representa e como representa unidades da fala. Nesse sentido, as autoras nos mostram que a compreensão da língua escrita não deve ocorrer por meio de um processo mecânico, resultado de repetição e memorização das associações entre fonemas e grafemas. Isso porque a criança constrói hipóteses e interpretações acerca da escrita, mesmo antes de saber ler e escrever convencionalmente.

Portanto, a experiência referente ao processo de alfabetização exposta no presente trabalho foi fundamentada teoricamente na perspectiva construtivista, a qual propõe uma dimensão evolutiva e histórica que considera a alfabetização na sua dimensão cognitiva e social.

De acordo com Colomer (2003), a teoria da Psicogênese da Língua Escrita de Ferreiro e Teberosk (1985) é fundamentada nos seguintes princípios: Orientar as estratégias de ensino considerando os conhecimentos prévios dos aprendizes, e a partir desses conhecimentos; Propor atividades desafiadoras por meio de situações-problemas, as quais possibilitem a construção de novos conhecimentos; O professor será o mediador / estimulador no processo da aprendizagem; valorização de atividades coletivas, as quais oportunizem aprendizagens uns com os outros através da interação.

De acordo com a teoria construtivista é considerado o processo evolutivo em relação às percepções (hipóteses) que a criança constrói em relação à língua escrita. As autoras caracterizam essas hipóteses em relação ao nível de escrita da seguinte maneira:

Ícônica – hipótese inicial e caracterizada pela não distinção que a criança faz entre letras e desenhos, utilizando os rabiscos e desenhos para representar objetos da realidade, expressões e sentimentos, por exemplo;

Garatuja – fase da escrita caracterizada pelo reconhecimento da diferença que a criança estabelece entre palavra e desenho, começando a imitar o formato da grafia das letras (denominado de pseudoletas);

Pré-silábica – hipótese em que a criança estabelece critérios de quantidade e variedade de letras sem valor sonoro, ou seja, sem estabelecer relação com a fala), é comum nessa fase que a criança utilize as letras do seu nome;

Silábica – nesta hipótese, a criança atribui uma letra para representar cada sílaba, de forma aleatória (sem possuir relação sonora) ou correspondendo ao som de uma das letras que forma a sílaba (estabelecendo relação sonora);

Silábico-alfabética – a criança é capaz de perceber que as sílabas são representadas por mais de uma letra; Alfabética – a criança já compreende que cada letra representa um som.

2.4 PRÁTICAS DE LETRAMENTO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Nos primeiros anos no Ensino Fundamental as práticas alfabetizadoras estão presentes de forma significativa. Pois, é nesse período da Educação básica que os alunos devem se apropriar da linguagem escrita convencional através do desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita. E, sobretudo, serem capazes de utilizarem essas habilidades nos diferentes contextos sociais. Mas, para que isso aconteça é preciso oportunizar situações de aprendizagens referentes à leitura e à escrita aos alunos numa perspectiva de letramento.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum – BNCC¹ é estabelecido que:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento (BRASIL, 2017, v.3, p.55).

Mas, afinal o que significa letramento? Qual a sua origem? Quando surgiu? Segundo Soares (2009), o termo letramento não existe no dicionário de língua portuguesa e surgiu na década de 90, e tem origem da palavra inglesa *literacy* que significa “Estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever.” Na concepção da autora, letramento compreende ao estado ou condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e de escrita.

¹ A terceira versão (Versão final) da Base Nacional Curricular Comum ainda não foi implementada na Educação Básica. No entanto, encontra-se até a presente data em tramitação no Conselho Nacional de Educação, apesar de não implementada a perspectiva é que é um documento que servirá de norte para as práticas curriculares. Portanto, resolvemos aqui destacar a recomendação para as ações pedagógicas no processo de alfabetização.

Para Kleiman (2008, p.31), “Letramento implica mais do que meramente ler e escrever. Não é simplesmente o conjunto de habilidades de leitura e escrita, mas, muito mais do que isso, é o uso dessas habilidades para atender às exigências sociais”.

O letramento é um processo social amplo e abrangente, o qual não se restringe apenas à aquisição da escrita e da leitura, mas também faz uso dessas competências linguísticas nos diferentes contextos sociais em que estamos inseridos, isto é, o indivíduo torna-se capaz de utilizar o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) nas diversas situações do dia a dia.

Em decorrência da necessidade de satisfazer as novas demandas / exigências sociais descritas acima, o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) mudou seus critérios para verificar o número de analfabetos e de alfabetizados: antes – indivíduo capaz de escrever o próprio nome, agora – “saber ler e escrever um bilhete simples”. A UNESCO também definiu como alfabetizada a pessoa “capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária.”

Essa mudança revela que antes se verificava a habilidade de domínio do alfabeto e agora se verifica a capacidade de uso da escrita em uma prática social, portanto, verifica-se o letramento. Este fato, nos leva a reflexão de que a escola, enquanto principal espaço social responsável em garantir os direitos de aprendizagem de ler e escrever deva assumir novos modos de conceber práticas de leitura e de escrita, e não apenas centrada na repetição e memorização, mas que conceda às crianças aprendizes a oportunidade de análise, reflexão e construção de sentido em relação à escrita. Para que isso aconteça é preciso que o professor propicie situações de aprendizagens variadas, as quais estimulem o desenvolvimento de tais capacidades.

3 PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: O USO DE JOGOS

Nesta seção discutiremos sobre a importância de atividades lúdicas no processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura e da escrita por meio da utilização de jogos pedagógicos no Ensino Fundamental.

Na nossa experiência no PIBID tivemos a intenção de oferecer oportunidades de aprendizagens através de atividades lúdicas, com objetivo de estimular a capacidade de pensar desenvolvida à tarefa específica de aprender a ler e a escrever. Acreditamos, dessa forma, que alunos e alunas não irão apenas memorizar sílabas e palavras, pelo contrário irão ter condições de pensar, refletir sobre as regras formais do nosso sistema alfabético de escrita, levando-os a compreensão da relação entre fonema e grafia.

Para aprender a ler e a escrever, a criança deve saber como combinar padrões de sons da linguagem oral e sequências de fonemas gráficos. Segundo Vygotsky (2001), a aprendizagem da linguagem escrita é bastante complexa, em relação à linguagem oral. Tanto a aquisição quanto a apropriação dessa linguagem por parte de uma criança não é uma ação simples, pelo contrário é um processo de construção muito complexo.

Esta complexidade se dar por duas razões: primeiro porque o Sistema de Escrita Alfabética - SEA é um sistema convencional, o qual possui regras e especificidades. De acordo com Ferreiro (2000), a escrita alfabética não é um código que simplesmente transpõe graficamente as unidades sonoras mínimas da fala (os fonemas), mas, sim, um sistema de representação escrita (notação) dos segmentos sonoros da fala. Segundo, porque a apropriação desse sistema de escrita, por parte de uma criança está intrinsecamente ligada ao seu psiquismo, requer do sujeito aprendiz atividades mentais mais complexas / elaboradas para compreender as regras, associar os fonemas e grafemas aos objetos da realidade, entre outras capacidades psíquicas e a sua subjetividade (suas relações afetivas, socioculturais, etc). Por isso, tivemos a preocupação de oferecer as crianças momentos de aprendizagens sobre o SEA de forma interativa, dinâmica e prazerosa.

A utilização de jogos pedagógicos, como recurso facilitador e, sobretudo, motivador no processo de aprendizagem da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental tinha o objetivo de proporcionar a criança uma maneira prazerosa de aprender a ler e a escrever. O processo pelo qual ocorre o ensino-aprendizagem dessas habilidades nessa modalidade de ensino, na maioria das vezes ocorre de maneira incoerente e não produtiva em decorrência dos inúmeros limites e desafios existentes, como por exemplo, assumir práticas pedagógicas que

não favorecem ao aprendiz construir os conhecimentos requeridos da leitura e da escrita; ausência de compromisso político por parte do docente, o qual negligencia o direito da criança aprender e se apropriar de tais habilidades tão indispensáveis em nossas vidas.

Diante desse contexto, inclusive bastante comum na maioria das escolas públicas, optamos em utilizar os jogos como proposta metodológica com objetivo de facilitar a aprendizagem da criança em relação à leitura e à escrita. Acreditamos que a utilização da atividade lúdica “Jogos Pedagógicos” no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar traz inúmeros benefícios, principalmente no que se refere à aprendizagem da criança, legitimando assim a garantia do direito da criança aprender a ler e a escrever.

A leitura e a escrita exercerem fundamental relevância em nossa sociedade, que é caracterizada como sociedade do conhecimento, da informação e da tecnologia. Visto que essas habilidades são exigidas diariamente em nosso dia a dia, sua apropriação (fazer uso nas diversas práticas sociais) determinará a condição de exercer seu direito de cidadão.

Considerando a essencialidade da leitura e da escrita na vida em sociedade, bem como os desafios e dificuldades presentes durante o processo de ensino-aprendizagem dessas habilidades na educação escolarizada, tivemos a preocupação de tornar esse processo prazeroso e produtivo, por meio da utilização de jogos e brincadeiras. Cardoso e Fragelli (2011, p. 11) afirmam que “Os jogos podem ser percebidos e utilizados como situações-problemas que consideram os conhecimentos prévios das crianças como ponto de partida para o enfrentamento de novos desafios.”

Ainda de acordo com Antunes (2006, p. 62), “o jogo é o mais eficiente meio estimulador das inteligências, permitindo que o indivíduo realize tudo que deseja. Quando joga, passa a viver quem quer ser, organiza o que quer organizar, e decide sem limitações” Nesse sentido, o autor afirma que a ludicidade do jogo proporciona momentos mágicos e únicos na vida de uma criança, pois no mesmo instante que diverte, ensina e desenvolve o raciocínio e a criatividade além de obter responsabilidade diante da situação colocada ao aluno.

Partindo do pressuposto que a aprendizagem dos conhecimentos referentes à área de Língua Portuguesa (Leitura e Escrita) por parte dos alunos na escola torna-se eficaz e prazerosa quando são contextualizadas de acordo com sua realidade e realizadas de maneira lúdica. Na concepção de Rizzo (2001), a atividade lúdica proporciona prazer e divertimento aos sujeitos envolvidos, sendo um eficiente recurso aliado do professor.

Os jogos em geral são apresentados como instrumentos pedagógicos e representam uma forma interessante de propor os problemas aos alunos, por serem atrativos, criativos e

desafiadores, exigindo dos alunos ações e planejamentos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o jogo:

[...] é um desafio genuíno que provocam o aluno, que gera interesse e prazer. Por isso, é importante que os jogos façam parte da cultura escolar, cabendo ao professor analisar e avaliar a potencialidade educativa dos diferentes jogos e o aspecto curricular que se deseja desenvolver (BRASIL, 1997, p. 49).

Sendo assim, a utilização de jogos, como recurso didático para socialização dessa área de conhecimento oportuniza aos alunos a sua participação ativa durante as situações-problemas propostas pelos jogos, dando a chance de a criança desenvolver suas hipóteses acerca de como é utilizado o sistema de escrita alfabética, seu raciocínio lógico para resolver as situações problemas apresentadas, sua capacidade expressiva, bem como sua criatividade e a imaginação.

Vale salientar que a realização de atividades lúdicas no ambiente escolar é muito importante tanto para aquisição quanto para a ampliação dos conhecimentos já adquiridos, além de estimular a curiosidade e a motivação de querer aprender mais. A participação do aluno nessas atividades é de fundamental importância para que o processo de aprendizagem ocorra de forma prazerosa, concreta e significativa. Situações de aprendizagens como essas permitem que os alunos tenham maior autonomia, no que diz respeito à construção do seu próprio conhecimento, pois, a observação passiva não é suficiente para a efetivação da aprendizagem.

Enfim, a utilização desse recurso foi pensada, a fim de despertar o interesse, o desejo dos alunos na aprendizagem da leitura e da escrita. Acreditamos que utilizar o jogo como recurso didático em sala de aula, juntamente com a intervenção professor contribui de forma significativa no desenvolvimento dessas habilidades.

4 REFLETINDO E DESCREVENDO ALGUNS MOMENTOS VIVÊNCIADOS NO PIBID: OS JOGOS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A partir deste item, nossa experiência com a utilização de jogos no processo de alfabetização será apresentada e discutida, começando pela caracterização da instituição escolar onde esta ocorreu; e por fim, apresentaremos algumas intervenções pedagógicas realizadas, seguidas dos momentos vivenciados com os alunos através de imagens ilustrativas.

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR DA EXPERIÊNCIA

Atuamos, enquanto alunas bolsistas do PIBID, no ano de 2017, no turno da tarde, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Drº Severino Cruz, localizada na Rua Tomas Araújo s/n, no bairro do Monte Santo, na cidade de Campina Grande-PB, com uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental. A turma era composta por 33 alunos na faixa etária entre 7 e 8 anos de idade, sendo dezessete meninas e dezesseis meninos, cuja situação socioeconômica enquadra-se em baixa renda, sendo em sua maioria, dependentes de programas sociais do governo Federal.

A instituição oferece alfabetização desde 1965 e atualmente oferece do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O IDEB desta escola, em 2016, foi 5,7. Ela possui uma estrutura física regular, necessitando apenas a conclusão da cobertura do pátio externo. E é considerada pela comunidade como uma ótima escola.

A escola disponibiliza de 13 funcionários, incluindo professoras, gestora e sua adjunta, alguns efetivos, e outros prestadores de serviços. No que se refere à formação do professor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu Art. 62º estabelece que “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]”. Sendo assim, o corpo docente da referida instituição possui formação superior, conforme estabelece nossa legislação vigente.

4.2 NOSSA EXPERIÊNCIA NO PIBID

A apropriação da leitura e da escrita não é uma aprendizagem fácil e simples. Pelo contrário, a apropriação do sistema de escrita alfabética, por parte de uma criança nos anos iniciais do Ensino Fundamental é um processo bastante complexo, por está relacionado a várias questões, tais como: ao seu psiquismo porque requer do sujeito aprendiz atividades mentais mais complexas / elaboradas para compreender as regras, associar os fonemas e grafemas aos objetos da realidade, entre outras capacidades psíquicas; e a sua subjetividade, resultante da construção das relações afetivas, sociais, culturais estabelecidas nos diferentes espaços sociais em que está inserida.

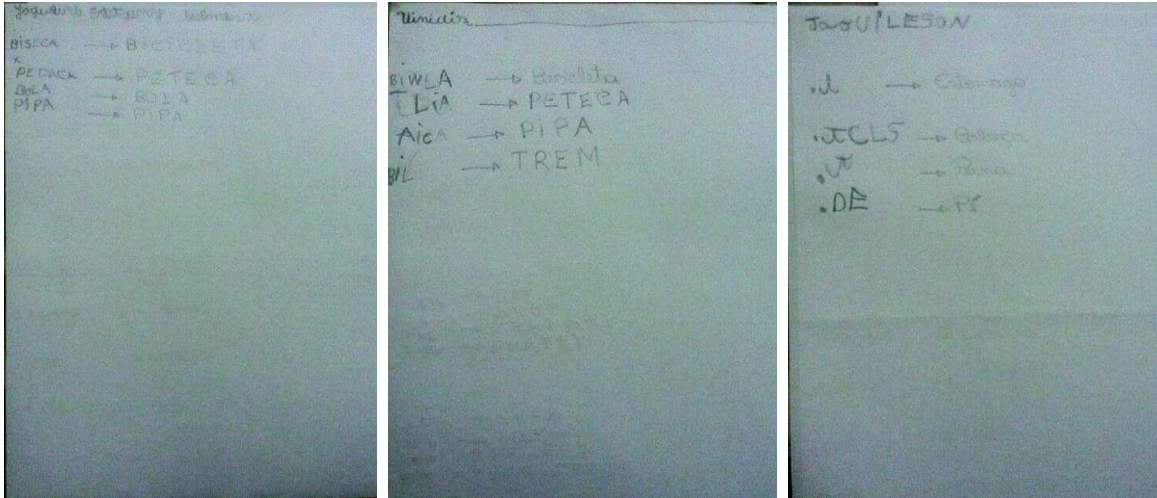
Tal apropriação requer, portanto, uma ação planejada de ensino que favoreça a efetivação da aprendizagem dos alunos durante o processo de alfabetização. Freire (1996), nos chama a atenção a respeito de que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as condições para sua construção”. Esse autor não nega a transmissão da informação, mas reprova a sua mera transferência ao outro, sem a devida apropriação, ou melhor, dizendo, sem a apreensão do conhecimento. Todavia, criar condições para que haja de fato à apropriação de um determinado conhecimento requer planejamento de ações pedagógicas que favoreçam a efetivação da aprendizagem.

De modo geral, o planejamento de ensino é compreendido como um conjunto de ideias organizadas e descritas em um plano para orientar o professor (a) a conduzir seu ensino, a fim de alcançar os objetivos educacionais propostos. Vasconsellos (2002) afirma que há vários níveis de planejamento e pode ser organizado segundo três dimensões: A) **análise da realidade**, B) **projeção de finalidades** e C) **formas de mediação**. Nossa atuação, enquanto alunas bolsistas no PIBID foram baseadas nessas dimensões, como veremos a seguir de forma detalhada:

A) **Análise da realidade** – compreendida como sendo a primeira etapa de um planejamento de ensino, a qual permitirá o docente tomar conhecimento das reais necessidades educacionais dos alunos, o que permitirá subsidiar suas ações pedagógicas em sala de aula de maneira coerente.

Considerando a indispensabilidade da realização dessa análise da realidade, no início do ano letivo foi realizado o diagnóstico do nível de escrita com os alunos do 2º ano. Constatamos que oito alunos encontrava-se em níveis elementares de escrita, como podemos observar nas imagens a seguir:

FIGURA 1: Diagnóstico do nível de escrita inicial.



Fonte: Arquivo pessoal de Albanisa Pereira da Silva

Nessa ocasião, foi verificado que todas elas conseguiam perceber que a palavra é constituída de letras e não de desenhos ou garatujas, isto é, encontrava-se em nível silábico conforme a teoria da Psicogênese da Língua Escrita de Ferreiro e Teberosk (1985). Apenas duas crianças conseguiam perceber em alguns momentos a relação existente entre grafia e fonema; as demais apenas reconheciam algumas letras do alfabeto, sem estabelecer nenhuma relação entre elas.

Para compreendermos melhor a respeito do nível de escrita dos alunos, identificado através do diagnóstico ilustrado acima. Ferreiro (1979) nos esclarece que os primeiros contatos da criança com a escrita permitem que ela comece a construir uma série de hipóteses e interpretações, as quais contribuem para o processo de sua evolução em relação à escrita convencional. Dessa forma, é inadmissível considerar que a criança é isenta de conhecimentos acerca da escrita. Pelo contrário, ela está inserida em diversos grupos sociais em seu dia a dia, nos quais são oferecidas oportunidades, nem que sejam mínimas de contato com a escrita.

B) Projeção de finalidades – compreende a segunda etapa do planejamento e consiste no estabelecimento dos objetivos que pretendemos alcançar, tomando como base as necessidades identificadas na etapa anterior (análise da realidade).

Nesse sentido, nosso objetivo principal foi de ajudar os alunos que ainda não estavam alfabetizados a desenvolverem as habilidades de leitura e de escrita. Pois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996 p. 14) prevê em seu Art. 32º, inciso I que:

O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita [...].

Cabe então, ao professor (a), realizar as devidas intervenções pedagógicas, expostas na dimensão a seguir (formas de mediação) para contribuir com o desenvolvimento dessas habilidades.

Sendo assim, ao constatar as dificuldades existentes em relação à leitura e à escrita dos alunos, optamos assim, por conduzir o ensino no processo de alfabetização de forma lúdica e prazerosa por meio da realização de jogos pedagógicos. Pois, essas estratégias de ensino estimulam não apenas o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, como também o aspecto afetivo e social, pois, através da participação nessas atividades, os alunos interagem melhor com os colegas, se esforçam para alcançar os objetivos pré-estabelecidos, fixando melhor os conteúdos curriculares, além de melhorar sua autoestima, pois a vontade de aprender aumenta. Isso porque, o jogo proporciona momentos de aprendizagens prazerosas e significativas ao aluno.

Foi nessa perspectiva que planejamos e construímos um projeto didático **“Jogando e brincando: ler e escrever fica mais divertido”**, contemplando propostas de atividades lúdicas, através de jogos pedagógicos, os quais foram realizados semanalmente com os alunos, a partir das necessidades de aprendizagens de leitura e de escrita detectadas.

C) Formas de mediação – consiste nas formas concretas de intervenções na realidade inserida, a fim de viabilizar o alcance das finalidades que pretende alcançar. Esta ação permitirá ao professor (a) mediador avaliar sua prática e realizar as devidas alterações ou adaptações de acordo com as necessidades de aprendizagens existentes.

Saber os conhecimentos que os alunos já possuem para realizar as devidas intervenções pedagógicas é indispensável para que ocorra aprendizagem. Para Vygotsky (2001) há dois níveis de desenvolvimento denominado de “Nível real” compreendido como sendo os conhecimentos que o sujeito já possui, dando capacidade de a criança realizar determinada atividade de forma autônoma; “Nível potencial” compreendido como nível de desenvolvimento, no qual a criança consegue realizar determinada atividade com o auxílio de terceiros.

Nesse contexto, o professor é responsável por oferecer a criança oportunidades de interagir com o escrito, por exemplo, através de atividades que favoreçam sua participação ativa na construção de seus conhecimentos, assumindo assim, a função de mediador entre o nível real e o nível potencial do aluno no processo de aprendizagem, como afirma o autor. É possível compreender a indispensabilidade do professor na aprendizagem da leitura e da escrita, pois, sem sua intervenção não será possível obter êxito em tal aprendizagem.

As práticas de leitura e de escrita no ambiente escolar consistem em atividades compartilhadas entre o professor e a criança, nas quais o professor assume a função de mediador entre o objeto de conhecimento, no nosso caso, o Sistema de Escrita Alfabética e a criança, que ainda não é leitora nem escritora autônoma.

A realização de atividades lúdicas, juntamente com a mediação realizada pelo professor é indispensável para que os alunos assumam uma postura ativa no processo de sua aprendizagem. Sendo assim, antes ou durante a realização dos jogos era sempre realizada uma breve contextualização por meio da leitura de textos não literários, contendo situações cotidianas dos alunos. A fim de que eles pudessem atribuir sentidos e significados em relação atividades de leitura e de escrita.

A seguir serão apresentados alguns momentos vivenciados com os alunos através da realização dos jogos pedagógicos:

FIGURA 2: Momento do jogo palavra cruzada.



Fonte: Arquivo pessoal de Albanisa Pereira da Silva

O jogo era realizado da seguinte maneira: cada dupla formava uma palavra e em seguida era falado o nome de uma letra para os colegas participantes. Em caso de acerto, a

dupla revelava a letra, caso contrário permanecia sem revelar a letra escolhida pelos outros jogadores. Este jogo proporcionou aos alunos conhecerem o nome das letras do alfabeto ainda desconhecidas, como também, identificar o fonema inicial das palavras e compreender que as sílabas são formadas por unidades menores; compreender que, via de regra, cada fonema, corresponde a uma letra ou um conjunto de letras (sílabas). Gontijo (2008), afirma que as crianças aprendizes da leitura e da escrita precisam compreender as relações entre grafemas e fonemas e vice-versa, e não apenas a memorização das associações entre sons e letras e vice-versa.

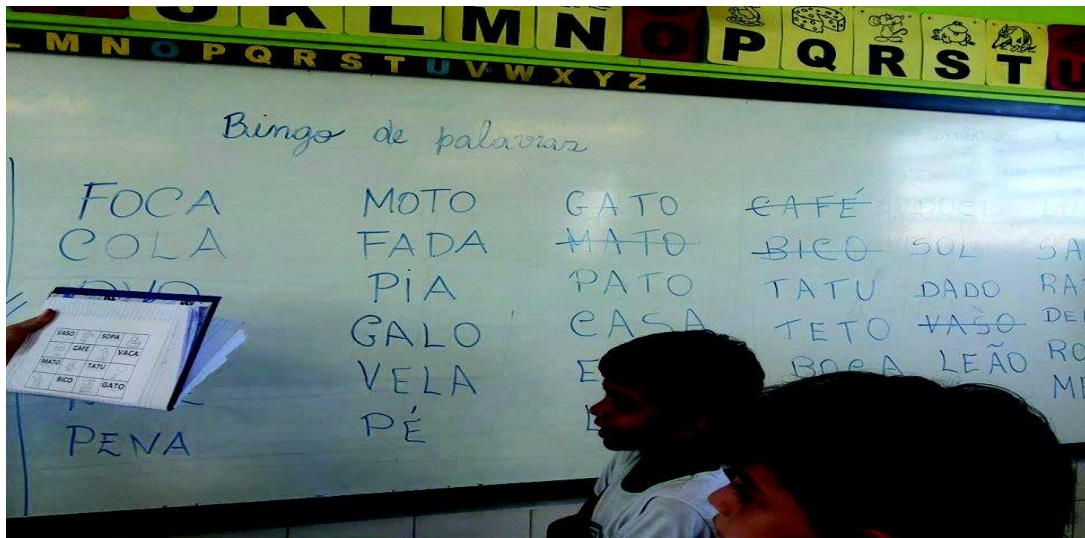
Visto que o ato de ler e escrever, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é considerado um grande desafio para a maioria das crianças que frequentam o sistema público de ensino, talvez pelo fato de o processo de alfabetização ser conduzido de maneira mecânica, repetitiva, sem estabelecimento de sentido para a criança, tornando um processo exaustivo. Consideramos assim, de extrema importância cultivar atividades lúdicas no cotidiano escolar como um instrumento facilitador da aprendizagem.

Todavia, um ensino fundamentado na mera repetição e a memorização de rotina leva ao tédio, e isso é sinônimo de ausência de pensamento. A criança, encorajada para participar de jogos referentes a soluções de problemas não se entedia, porque estará sendo desafiada a pensar, através do estabelecimento de relações, comparações, dentre outros processos mentais. Consideramos assim que, a atividade lúdica através de jogos pedagógicos possibilita inúmeros benefícios no processo de alfabetização.

Acreditamos que as experiências que os alunos vivenciam durante a participação dos jogos implicará diretamente no seu desenvolvimento intelectual. Porque através do jogo ela realizará diferentes ações mentais, como: comparar, acrescentar, retirar, associar, escolher, observar similaridades e diferenças, a fim de atingir as metas e objetivos propostos pelos jogos pedagógicos.

As práticas de leitura e de escrita no ambiente escolar consistem em atividades compartilhadas entre o professor e a criança, nas quais o professor assume a função de mediador entre o objeto de conhecimento e a criança, que ainda não é leitora nem escritora autônoma. Dessa forma, os jogos pedagógicos além de possibilitar momentos de interação entre aluno / aluno, aluno / professor, possibilita também desafios, instigando os alunos a se engajarem na busca de estabelecer estratégias para compreensão da leitura e da escrita convencional. Como veremos na imagem a seguir:

FIGURA 3: Momento do jogo bingo de palavras.



Fonte: Arquivo pessoal de Albanisa Pereira da Silva

No jogo acima, os participantes receberam uma cartela contendo palavras impressas pertencentes ao mesmo campo semântico para serem marcadas à medida que fossem chamadas pelo orientador / professor. Esse jogo permitiu que os alunos compreendessem que as sílabas são formadas por unidades menores e que, a cada fonema, corresponde a uma letra ou conjunto de letras (dígrafos). Tendo como objetivos: compreender que as sílabas variam quanto ao número de letras; compreender que a ordem em que os fonemas são pronunciados corresponde à ordem em que as letras são registradas no papel, obedecendo, a forma convencional da escrita, ou seja, sentido da esquerda para a direita; comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças sonoras entre elas; conhecer as letras do alfabeto e seus nomes.

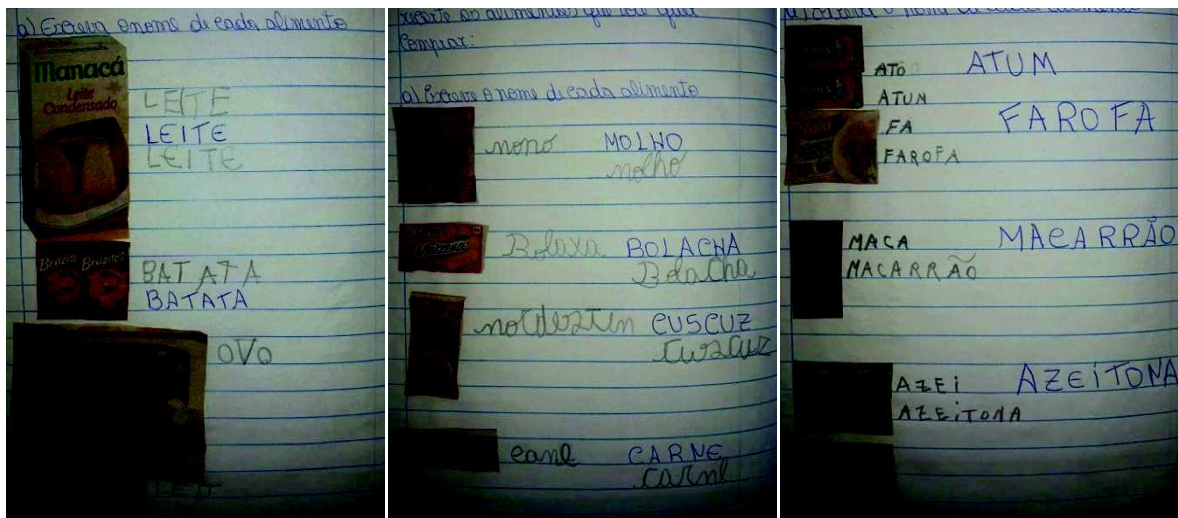
Na ocasião foi possível perceber que os alunos que ainda não tinham o domínio da leitura e da escrita convencionalmente demonstraram muito entusiasmados, ao reconhecerem a primeira letra ou sílaba da palavra sorteada e mencionada, por exemplo, “Ah! Picolé começa com P”; “Tia! Bolo tem a letra O”; “Bala começa com Ba”, dentre outras constatações construídas por eles durante a realização da atividade. Esse momento foi bastante proveitoso porque foi oportunizada às crianças a chance de construir, reconstruir e reelaborar seus conhecimentos acerca da escrita, a partir do estabelecimento da relação existente entre “sons” e “letras”, ao ouvirem a palavra sorteada, desenvolvendo assim, a consciência fonológica no processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabética.

A compreensão da língua escrita de forma contextualizada exerce fundamental importância no desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita porque permite que o

aluno reflita e perceba além das relações e associações existentes entre fonemas e grafemas, isto é, sendo capaz de perceber que a linguagem escrita é constituída de sentidos, significados e que possui função social, por exemplo. Vale salientar que, as crianças aprendem a ler e a escrever quando são expostas a situações que favoreçam a efetivação de tais aprendizagens.

Portanto, as atividades desenvolvidas por meio de jogos pedagógicos com os alunos ao longo do ano foi bastante gratificante porque tivemos a oportunidade de contribuir para a efetivação da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito ao desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita de maneira prazerosa e descontraída. Como podemos verificar nas imagens abaixo:

FIGURA 4: Momento do diagnóstico do nível de escrita final.



Fonte: Arquivo pessoal de Albanisa Pereira da Silva

Durante a realização dessa atividade foi possível constatar o avanço qualitativo que os alunos obtiveram tanto na leitura quanto na escrita. Pois, demonstraram a compreensão da escrita convencional no momento em que foi solicitado para eles escreverem os nomes das figuras recortadas e coladas por eles de um folheto de supermercado, ao expor indagações como “Ovo começa com a letra O e depois VO tem a letra V e O”; “Tia! Eu sei como escreve Batata, começa com BA, depois é o TA e TA de novo”.

Teberosky e Colomer (2003) afirma que, ao escrever, a criança tenta encontrar as unidades sonoras que correspondem às letras e, para isso faz uso de seus conhecimentos sobre os enunciados orais. Dessa forma, as unidades pronunciadas que descobre são as sílabas. Repetindo lentamente e várias vezes para si mesma o nome que tem que escrever, a criança vai descobrindo as sílabas. Segundo as autoras, a utilização da segmentação silábica como

procedimento para escrever indica um avanço na compreensão da estrutura do sistema de escrita.

Sendo assim, o ato de escrever permite aos alunos compreenderem e, conseqüentemente aprenderem o funcionamento e a estrutura da escrita convencional. Para que isso aconteça, é preciso que o professor (a) proporcione situações de aprendizagens que tenham sentido para os alunos, a partir de uma situação real e concreta.

De acordo com Luckesi (1994), a escola numa perspectiva da Pedagogia progressista (Crítico-social dos Conteúdos) assume o papel de garantir a apropriação crítica (refletida) dos conhecimentos científicos, tornando-se uma “arma” de luta importante para as crianças e adolescentes da classe trabalhadora viver melhor e ter uma vida digna. Adota o método dialético, o qual é responsável pelo confronto entre as experiências pessoais e o conteúdo transmitido pela escola. Dessa forma, o aluno participa com suas experiências e o professor com sua visão da realidade intervindo através de atividades pedagógicas estimuladoras e desafiadoras.

Portanto, diante desse contexto acreditamos que a escola, enquanto instituição social tem como principal finalidade formar cidadãos capazes de atuar / participar ativamente na sociedade, isto é, sujeitos críticos, aptos a transformarem sua própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência vivenciada e compartilhada com alunos e alunas do 2º ano do Ensino Fundamental da na Escola Municipal Dr. Severino Cruz, onde atuamos como bolsistas através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID exerce fundamental importância para a nossa formação acadêmica e profissional. Pois, através da oportunidade de participar e interagir, enquanto estudante diretamente das atividades desenvolvidas no cotidiano escolar permite a nós participantes estabelecermos relações, análises e reflexões entre os fundamentos teóricos pertencentes ao curso de graduação e as práticas educativas vivenciadas na escola, na qual fazemos parte através do programa.

De acordo com Pimenta (2004), a vivência no cotidiano escolar proporciona aprendizagens indispensáveis, tais como: sentido da profissão, o que é ser professor na sociedade em que vivemos, como ser professor, a realidade dos alunos e da escola, entre outras questões que envolvem todo o contexto da educação escolarizada. Nesse sentido, o PIBID exerce significativa relevância no processo de aquisição de conhecimentos e aprendizagens indispensáveis para a formação docente.

Sendo assim, estivemos, enquanto estudantes bolsistas, contribuindo para obtenção de resultados positivos em relação aos objetivos propostos pelo referido Programa, dentre eles, o que se refere à contribuição para a melhoria do ensino nas escolas públicas, por meio do alcance de metas exigidas através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estabelecido pelo Sistema Nacional de Avaliação (INEP).

O desenvolvimento das habilidades da escrita e da leitura, por parte da criança do ensino fundamental, não é um processo simples e fácil, porque tal processo requer tanto à aquisição, quanto o desenvolvimento de estruturas psicológicas mais sofisticadas e complexas. Dessa forma, as condições pedagógicas oferecidas, juntamente com a ação mediadora do professor no processo de alfabetização contribuem de maneira significativa para obtenção de resultados proveitosos.

A utilização dos jogos pedagógicos como recurso didático facilitador e motivador no cotidiano escolar foi de grande valia para desenvolvermos nos alunos o interesse pela leitura e escrita, visto que, saber ler e escrever em nossa atual sociedade, caracterizada como sociedade do conhecimento, da tecnologia e da informação, e, sobretudo, ser capaz de utilizar as habilidades de leitura e de escrita nas diversas práticas sociais da vida cotidiana. Isso significa legitimar o direito de ser cidadão.

Portanto, a não apropriação de um sistema de escrita por parte de um sujeito implica, por exemplo, que este viva uma condição de marginalização social, tornando-o impossibilitado de participar da dinâmica da vida social em geral, não exercendo seus plenos direitos de cidadão.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Celso. **Inteligências múltiplas e seus jogos**. vol. 6/ Celso Antunes - Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. P. 62.

BATISTA, A.A.G.; PAIVA, A.; RIBAS, C. Frade, I.C.; VAL, M.G.C.; BREGUNCI, M.G. Castanheira, M.L. & Monteiro, S.M. **Ciclo inicial de alfabetização**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais; UFMG/CEALE, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista.

Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao/3versao.pdf>. Acesso em: 08 Set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 Agost. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<https://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 Set. 2017.

BRASIL. **Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 15/11/2017.

CARDOSO, Luciana Cristina; FRAGELLI, Patrícia Maria. **Currículo: Retrospectiva e perspectiva de trabalho**. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

FERREIRO, Emília. Os aspectos formais do grafismo e sua interpretação: letras, números e sinais de pontuação. In.: **Psicogênese da língua escrita**. Emília Ferreiro e Ana Teberosky; tradução: Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** Tradução Horácio Gonzales (et. al.), 25, ed. Atualizada – São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Vivendo o preconceito e a condição de analfabeto. In.: **Preconceito contra o analfabeto.** – São Paulo: Cortez, 2007. – (Preconceitos; V. 2).

GONTIJO, Claudia Maria. **A escrita infantil** / Claudia Maria Gontijo. – São Paulo: Cortez, 2008.

HIGOUNET, Charles. A escrita, expressão gráfica da linguagem. In.: **História concisa da escrita.** 10ª edição - São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In.: **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Tendências Pedagógicas na prática escolar. In.: **Filosofia da Educação** / Cipriano Carlos Luckesi. – São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>. Acesso em: 02/09/2017.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Por que o estágio para quem não exerce o magistério: o aprender a profissão. In.: **Estágio e Docência.** – São Paulo: Cortez, 2004.

RIZZO, Gilda. **Jogos inteligentes:** a construção do raciocínio na escola. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Magda. **Letramento:** Um tema em três gêneros. - 3º ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Significado dos termos: Escrita / Alfabetização. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 25/04/2017.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso em: 19/09/2017.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever:** uma proposta construtivista / Ana Teberosky e Teresa Colomer; trad. Ana Maria Neto Machado – Porto Alegre: Artmed, 2003.

VASCONCELLOS, Celso. **Coordenação do Trabalho pedagógico:** Do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VYGOTSKY, Levi S. A dinâmica do desenvolvimento mental do aluno escolar em função da aprendizagem. In.: **Psicologia pedagogia;** Tradução de Paulo Bezerra. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.